GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

“O PS sempre disse que o Forte de São João deveria passar diretamente do Estado para a Autarquia”, sublinha João Vasco Costa

“O PS sempre disse que o Forte de São João Batista deveria passar diretamente do património do Estado para a autarquia mariense, sendo que a requalificação do mesmo deveria acontecer com o apoio técnico e financeiro do Governo Regional”, recordou João Vasco Costa, lembrando que “isso só não aconteceu porque a Câmara Municipal de Vila do Porto não quis”.

Apesar do Projeto de Resolução do PSD Açores, debatido esta quinta-feira em plenário, não ser claro sobre o que se pretende para a recuperação do Forte, João Vasco Costa, assegurou que o PS votaria a favor porque considerar que “mais importante do que fazer vincar o entendimento do Partido Socialista é mesmo assegurar a preservação desse património”. Foi, aliás, por reconhecer a importância desse Forte que, “em 2017, o Governo dos Açores investiu nessa estrutura, mesmo sem ter a tutela do mesmo”.

João Vasco Costa assegurou que, ao contrário de outros, o PS sempre esteve empenhado em arranjar solução para o Forte de São João Baptista: “A preservação desse património sempre foi uma preocupação para o PS/Açores que, em sede de assembleia municipal, apresentou por duas vezes uma proposta para classificação daquele imóvel como de Interesse Público Municipal. Essa proposta foi inicialmente rejeitada pelo PSD, que só por insistência acabou por concordar com a classificação”.

“O nosso entendimento era outro, como foi amplamente defendido pelo PS/Açores a nível regional e local, no entanto, o que para nós é prioritário é que este espaço possa estar, condignamente ao serviço dos Marienses e de quem visita a nossa ilha, pelo que vamos acreditar que esta é uma vontade comum”, acrescentou.

O deputado mariense considera que, à semelhança do que aconteceu, por exemplo, na Horta, devia ter sido a Câmara Municipal de Vila do Porto a assumir a gestão desse património, contando com o apoio financeiro do Governo Regional, considerando que “deve ser a autarquia a gerir esse espaço, enquadrando-o na perspetiva histórica da ilha e preservando-o por forma a que seja visitado pelos marienses e por todos os que lá vão”.

Horta, 18 de junho de 2021